

RECURSO ESPECIAL Nº 1.846.692 - SP (2019/0328930-1)

RELATORA : **MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI**
RECORRENTE : BANCO DO BRASIL SA
ADVOGADO : EDUARDO JANZON AVALLONE NOGUEIRA - SP123199
RECORRIDO : CARLOS ROBERTO IZIDORO
ADVOGADOS : FLAVIA GALDIANO FONSATTI - SP360220
ALLAN PABLO SILVA KRAUSE - SP353925

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto em face de acórdão assim ementado:

CADERNETA DE POUPANÇA - EXTINÇÃO COM
JULGAMENTO DE MÉRITO

- Reconhecimento da prescrição
- Aplicação da Súmula 150 do Supremo Tribunal Federal e do informativo 484 do Superior Tribunal de Justiça
- Ação proposta após o prazo quinquenal
- Existência de cautelar de protesto interruptivo do lapso prescricional
- Legitimidade ativa do parquet para o ajuizamento da mencionada medida cautelar
- Inteligência da alínea 'c', do inciso VII, do artigo 6º da Lei Complementar 75/1993 c.c. os artigos 82 e 83 do Código de Defesa do Consumidor
- Inocorrência da prescrição
- Recurso provido.

INTERESSES TRANSINDIVIDUAIS - EXECUÇÃO
INDIVIDUAL

- Julgamento com fulcro no parágrafo 4º do artigo 1.013 do Novo Estatuto Adjetivo Civil
- Eficácia erga omnes da sentença proferida na ação coletiva
- O credor pode promover o cumprimento do julgado no foro da comarca do seu domicílio
- Desnecessidade da comprovação da associação do poupador ao IDEC
- Legitimidade ativa configurada
- Descabimento da suspensão da execução individual
- Os juros da mora são devidos a partir da citação do Banco nos autos da ação civil pública - Incidência do artigo 405 do Código Civil

Brasileiro - Incidência dos referidos juros no percentual de 0,5% ao mês até a entrada em vigor do Código Civil Brasileiro e, a partir de tal data, aplica-se no percentual 1% ao mês - Aplicação da Tabela Prática do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo para a correção monetária do débito

- A utilização da referida Tabela acarreta, automaticamente, a incidência do percentual de 42,72% para janeiro e de 10,14% para o mês de fevereiro de 1989

- Cabimento dos honorários advocatícios - Aplicação da Súmula 517 do Superior Tribunal de Justiça - Impossibilidade da inclusão dos honorários arbitrados na demanda coletiva na planilha de cálculos - Verba que não pode ser aproveitada pelo credor, que não participou da referida demanda

- Os juros remuneratórios são devidos somente no mês de fevereiro de 1989

- Recurso provido, para os fins de desconstituir a sentença e julgar parcialmente procedente a impugnação ao cumprimento da sentença.

A parte recorrente alega violação do artigo 21 da Lei 4.717/1965; do artigo 16 da Lei 7.347/1985; dos artigos 485 e 867 do Código de Processo Civil de 2015; do artigo 2º-A da Lei 9.494/1997; dos artigos 204, 205 e 206 do Código Civil de 2002; do artigo 100 do Código de Proteção e Defesa do Consumidor; do artigo 177 do Código Civil de 1916; e divergência jurisprudencial.

Argui ilegitimidade ativa e incompetência do Juízo. Suscita prescrição. Defende que os juros de mora devem correr a partir da citação na liquidação ou na execução. Pretende a suspensão da execução.

Inicialmente, anoto que a Segunda Seção do Superior Tribunal de Justiça afetou os Recursos Especiais 1.801.615/SP e 1.774.204/RS, relatados pelo Ministro Raul Araújo, para julgamento da controvérsia referente à "interrupção do prazo prescricional para pleitear o cumprimento de sentença coletiva, em virtude do ajuizamento de ação de protesto ou de execução coletiva por legitimado para propor demandas coletivas" (questão cadastrada como Tema 1.033).

Ao promover essa afetação, a Segunda Seção do STJ determinou a suspensão da tramitação de todos os recursos especiais e agravos em recurso especial na

Superior Tribunal de Justiça

segunda instância e/ou que tramitem no STJ, que versem sobre a questão delimitada (julgamento 15.10.2019, DJe 30.10.2019).

Em face do exposto, nos termos do artigo 1.037, inciso II, do CPC de 2015 e do artigo 256-L, inciso I, do Regimento Interno do STJ, determino a devolução dos autos ao Tribunal de origem, com a respectiva baixa, para sobrestamento até o julgamento do mérito dos recursos repetitivos mencionados nesta decisão, procedendo-se, após, conforme os artigos 1.040 e 1.041 do mesmo Código.

Intimem-se.

Brasília (DF), 26 de novembro de 2019.

MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
Relatora